

TESTEMUNHO E
LITERATURA ATRAVÉS DA
ALTERIDADE EM *MEMÓRIAS
DO CÁRCERE*, DE
GRACILIANO RAMOS

Márcia Romero Marçal
(FMU)¹

RESUMO: Nosso artigo expõe uma interpretação de *Memórias do cárcere*, de Graciliano Ramos, que contempla a alteridade como modo de representação de uma matéria cuja particularidade decorre de apresentar a história através dos recursos da ficção. Graciliano Ramos registrou uma versão dos fatos mediante o discurso da subjetividade, rompendo, assim, com as práticas discursivas que convencionalmente produzem a verdade sobre a realidade histórica e a memória coletiva. O texto plasma a contradição, presente nesta modalidade literária, entre um discurso que se pretende objetivo e científico, como o do jornalismo e o da historiografia, pertencentes às instâncias produtoras de um

¹ Doutora em Literatura Espanhola Contemporânea – FFLCH – USP. Professora do Departamento de Letras - Espanhol- FMU. Cep: 05514100 – São Paulo – SP – Brasil – romeromar@uol.com.br

saber socialmente legitimado como verdade, e um discurso subjetivo, pessoal, ligado às falhas da memória individual, que, no entanto, não descarta seu compromisso com a realidade histórica objetiva. O testemunho literário deste escritor elabora-se nesta zona fronteira: não é pura ficção, nem pura história. Mas aqui o esforço de testemunhar uma experiência extrema, árdua matéria narrativa, transforma-se, admiravelmente, num exercício de autorreflexão e autocrítica. Os procedimentos discursivos para levá-lo a cabo assumem a forma de aporias, frases interrogativas, expressões dubitativas, modalizantes de incerteza, que exprimem os impasses e as dificuldades de se conhecer o *outro*, o mundo e a si próprio de modo objetivo, racional e consciente. O imperativo ético e filosófico de denunciar as atrocidades do poder do Estado no século xx associa-se à necessidade de romper a fronteira com o *outro*, dar-lhe voz, levando em conta os limites de sua apreensão. O processo de criação literária do escritor-testemunha, nesta obra, apresenta formas de alteridade como seu eixo temático e elemento estruturador da narrativa.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura de testemunho. Alteridade. **Memórias do cárcere.** Graciliano Ramos

ABSTRACT: Our article exposes an interpretation of **Memórias do cárcere**, by Graciliano Ramos, which contemplates alterity as a representation mode of an issue whose particularity comes from presenting history through fiction's resources. Graciliano Ramos has registered a version of facts by means of the subjectivity discourse, thus breaking with the discursive practices that conventionally produce the truth both on the historical reality and collective memory. The text shapes the contradiction, present in this literary modality, between a discourse which intends itself to be objective and scientific, as the journalistic and historiographic discourse, belonging to the producing instances of a knowledge socially legitimate as the truth, and a subjective, personal discourse, linked to the faults of individual memory that, however,

does not discard its commitment to the objective historical reality. The literary testimony of this writer elaborates itself on this bordering zone: it is neither pure fiction nor pure history. Here, however, the effort to testify to an extreme experience, an arduous narrative issue, admirably becomes a self reflection and self criticism exercise. The discursive procedures to undertake it assume the form of apories, questioning phrases, dubitative expressions, uncertainty modalizers, which express the obstacles and difficulties of knowing the *other*, the world and oneself objectively, rationally, and with awareness. The ethical and philosophical imperative of denouncing the government's atrocities of the 20th century combined with the need to break the boundary of the *other*, give it a voice, taking into account its understanding limits. The process of literary creation of the witness-writer, in this work, presents alterity forms as its thematic axis and narrative structuring element.

KEYWORDS: Testimony. Literature. Alterity. **Memórias do cárcere** (Memoirs of prison). Graciliano Ramos

O projeto de registrar as memórias de uma experiência carcerária vivida durante o regime autoritário de Getúlio Vargas delinea-se de forma enxuta e significativa no primeiro capítulo da primeira parte de **Memórias do cárcere**, “Viagens”. Podemos notar já nesta exibição de motivos, empecilhos, formas e limites, o caráter testemunhal da escrita. O narrador explica que seu longo período de silêncio, dez anos, deve-se a uma “matéria superior às suas forças” e expõe o desejo de não transformar em ficção o que seria um “testemunho”. O conteúdo vertiginoso da experiência extrema, sua matéria excessiva e traumática, que leva a um esquecimento voluntário, embatem com a necessidade de relatar, o dever de não esquecer, com a tarefa social e histórica de depor a respeito de uma vivência compartilhada e, emitindo a sua versão dos fatos, dar voz ao *outro*.

O desassossego e a instabilidade constituem constantes desse fazer literário. O mergulho na memória do horror atualiza a experiência tornando o futuro incerto; faz com que retorne a percepção de que a história das injustiças e o absurdo kafkiano podem, a qualquer momento, retirar o ser novamente de sua precária segurança. Esse sujeito testemunha, que respira o século do choque e da barbárie coletiva, sente, ao rememorar, uma aproximação a uma zona de trevas e morte, subterrâneos da realidade interior e exterior.

O homem subterrâneo, analisado por Antonio Candido (1992) ao dedicar-se à obra de Graciliano Ramos, refere-se a esse movimento descensional, à queda abismal e ao rebaixamento moral da condição humana, que marcam também a literatura de testemunho. A catástrofe subterrânea – mortes às escondidas sob a repressão das ditaduras e totalitarismos – revela que a tentativa de representar o irrepresentável procura, muitas vezes, subverter a ordem do mundo, das palavras e das imagens, atribuindo um sentido irônico à descida aos infernos.

Em **Memórias do cárcere** o inferno é um dado histórico e, se a narrativa se serve de arquétipos literários ou de imagens simbólicas, também os desnuda mostrando que o imaginário absurdo dos suplícios humanos pode se tornar praticável. De fato, observamos neste texto uma tentativa de retratar a passagem pelas várias instâncias do cárcere mediante a imagem de uma descida aos subterrâneos da vida social e das vilezas do espírito, não obstante a resistência da testemunha a sucumbir a essa degradação inexorável. Expressões e frases como “mergulho definitivo”, “escorregava (...) numa sensação de queda ou voo”, “Dávamos um salto para baixo”, “não me era possível adivinhar onde iríamos cair”, “via-me no fundo de um poço”, “furna medonha”, “horrível forno”, “nos vamos achegando, (...), da treva completa”, “havia uma queda, vertigem, torvelinho, que nenhum gesto revelava”, “desci novamente à cova”, “o nosso inferno”,

“precisamos viver no inferno, mergulhar nos subterrâneos sociais, para avaliar ações que não poderíamos entender aqui em cima”, “nossa existência no sepulcro”, entre outras, remetem-nos à morte e à queda aos infernos, elementos do ideário mitológico do inframundo empregados como modo de representação de uma experiência difícil de conceber.

A descida à cova em vida é acompanhada por uma narração lenta, repleta de lacunas, repetitiva, desordenada e alusiva. Embora siga uma ordem cronológica, **Memórias do cárcere** constitui uma obra incompleta, póstuma e extensa, que prescinde daquela economia que o autor costumava aplicar aos seus romances. Isso é consequência da forma do testemunho que imprime ao texto um discurso que registra a incompletude, a renúncia à explicação totalizante, o apego aos detalhes, a repetição e a intratextualidade: a leitura se arrasta, o horror se prolonga, o futuro se faz improvável, tudo graças à apreensão traumática de um tempo que se apresenta como permanente.

Outra questão exposta já no início do livro e de crucial importância para o testemunho é a da autenticidade dos fatos. A perda dos manuscritos originais não desanima o narrador, que a considera inclusive uma vantagem para escrever as memórias. A busca de veracidade mobiliza uma série de elementos narrativos como datas, eventos históricos, descrições de personagens, seus nomes autênticos, reprodução de diálogos, estilização da linguagem, transparência... Tal procedimento inscreve-se numa relação profundamente tensa no testemunho, aquela entre a historicidade e a ficção. O escritor desta modalidade literária reivindica uma versão dos fatos históricos mediante o discurso da subjetividade, rompendo assim com as práticas discursivas convencionadas para produzir a verdade sobre a realidade histórico-social e a memória coletiva. O testemunho literário plasma a contradição presente nesta forma literária entre um discurso que se pretende objetivo e científico,

como o do jornalismo, o da historiografia, pertencentes às instâncias produtoras de um saber socialmente legitimado como verdade, e um discurso subjetivo, pessoal, ligado às falhas da memória individual, que, no entanto, não descarta seu compromisso com a realidade histórica objetiva. O testemunho literário de Graciliano Ramos elabora-se nesta zona fronteira entre história e ficção: não é, por um lado, um documento histórico e científico e não pode ser, por outro, uma ficção inteiramente inventada. Alfredo Bosi (2002, p.222) aponta esta ambiguidade como o cerne da questão da literatura testemunhal, defendendo a ideia de que **Memórias do cárcere** pertence a essa forma testemunhal, dado seu compromisso com a realidade objetiva, ainda que a objetividade não penetre na sua forma narrativa, posto que justamente a subjetividade do narrador em primeira pessoa e sua manipulação dos fatos constituem os elementos produtores do seu teor ficcional. Tal subjetividade pode ser notada, por exemplo, na maneira como o narrador apreende a situação, alertando-nos de que a realidade que encontraremos na leitura repugna o concebível, excede o possível, choca e causa estranhamento. Essa será também, muitas vezes, a reação dessa testemunha. As interrogações, as dúvidas e as conjecturas nascerão tanto da indignação decorrente da ofensa causada como da impossibilidade de penetrar no seu sentido. O vocabulário empregado para a descrição da experiência espelha um texto saturado de palavras ligadas ao campo semântico da moral: “vil”, “imundo”, “abjeto”, “ignóbil”, “horrrível” e seus substantivos derivados evidenciam tal implicação. O narrador sente-se atingido em sua dignidade humana, degradado e humilhado. Neste sentido, sua recusa a admitir aquela realidade está enfronhada numa degradação física, da consciência e moral tão extrema que se torna inaceitável. (Bosi, 2002, p.227)

Segundo Shoshana Felman (1998/1999), o testemunho corresponde a um discurso que se desloca do campo jurídico ao literário, tendo como pressuposto uma crise da verdade

institucionalizada. A era do testemunho supõe, portanto, um desvelamento de uma verdade em crise. O estranhamento advém do excesso de literalidade e realidade com o qual o discurso testemunhal se relaciona. Desta forma, o discurso do testemunho comportaria uma função de desmascarar uma verdade encoberta institucionalmente, ao mesmo tempo em que causaria um estranhamento no leitor, metido em seu estado de ignorância. Em **Memórias do cárcere**, o estranhamento do narrador manifesta seu próprio desconhecimento das práticas repressivas e do sistema carcerário sob Estado Novo, expressa a incapacidade de explicação e racionalização da realidade experienciada e revela o nosso grau de ignorância. Instaurado numa crise da verdade, o testemunho busca alcançar uma versão válida, sem, contudo, pretender dar conta da verdade. Mesmo porque sua matéria e os limites da testemunha não o permitiriam. Vemos, assim, como a inexatidão do registro mnemônico conjuga-se, nesta obra, com a precariedade da percepção do narrador.

Articulada a esses aspectos, a singularidade desse texto consiste, sobretudo, na preocupação que expressa com outros testemunhos, outras versões da realidade vivenciada, igualmente válidas, embora diferentes. Neste sentido, o ponto de vista subjetivo se afirma e se eleva sobre a impossibilidade de uma verdade única. A veracidade se compõe de fragmentos diversos, de vozes emitidas a partir de pontos de vista distintos. Trata-se de um testemunho que se encontra em interlocução com outros testemunhos, outras vozes, impressões e julgamentos de uma mesma realidade que, então, se faz diversa. A questão do *outro* coloca-se no âmbito da produção de um saber discursivo que se quer verdade sob a premissa de não ser a única. Essa escrita do “eu” tem em perspectiva falar para os demais e pelos demais; seu compromisso com a história e com a ética está mediatizado pelo *outro*. A experiência, particular em certo aspecto, integra um processo histórico coletivo.

Há dois imperativos éticos no projeto testemunhal de Graciliano Ramos: primeiro, tomar o *outro* concreto como

personagem de um texto que implica uma preocupação moral em relação à forma de retratar este *outro*; em segundo lugar, a disposição a contar essa experiência brutal surge de uma necessidade de denunciar as atrocidades de um período autoritário relativamente recente da história do Brasil, que contém continuidades em períodos oficialmente democráticos, o que caracteriza a sociedade brasileira portadora de “um autoritarismo socialmente implantado”, expressão cunhada por Paulo Sérgio Pinheiro. O texto, assim, estabelece uma relação perene com o *outro* enquanto identidade forjada sob as mesmas condições históricas, que compartilhou a mesma experiência, e com a história nacional e contemporânea, ou seja, com aqueles que formam essa comunidade de leitores.

Sendo a testemunha um escritor, poderíamos supor que sua preocupação com o *outro* seria motivada por uma personalidade voltada à investigação da alma humana; existe, contudo, nesse interesse a manifestação de um esforço de ultrapassar a barreira da diferença, da incomunicação, das incertezas de julgamentos, que nos leva a reconhecer uma atitude ativa, inquieta, de alguém debruçado sobre a autoconsciência. O exercício de compreensão e apreensão da alteridade conduz o narrador a uma autorreflexão, a uma busca da tolerância, a um sentimento de compaixão, à construção de sua identidade humana ou, ainda, a uma desconstrução do caráter humano no *outro*, em si, em nós.

A própria ambiguidade entre ficção e história apresenta-se como um mal-estar neste narrador que se sente desconfortável com a primeira pessoa. As razões explicitadas se ligam a um desejo de recuo em face desse “eu” que quer ceder lugar ao *outro*, mais merecedor de ser apresentado. Contraditoriamente, seu “eu” narrativo aspira a uma transcendência que tem como finalidade abarcar uma realidade mais ampla na qual o *outro*, a quem ele dá voz e se dirige, ocupa um papel fundamental, ao mesmo tempo em que tende ao auto-rebaixamento, à redução da dimensão do ego diante da vida (Candido, 1992, pp. 29-30). Um encaramujamento do “eu”,

uma propensão ao isolamento, vincula-se a uma melancolia que se aprofunda de modo que a primeira pessoa é evitada sistematicamente: o narrador trata-se por “Fulano”, passa à primeira pessoa do plural numa tentativa de esboçar um “nós coletivo”, despreza seu exercício literário, sua formação rústica, seu temperamento impetuoso, instintivo.

O processo de relativização de seus valores e representações da realidade mediante a autorreflexão às vezes gera uma identificação com o *outro*, na diferença, ou uma não identificação consigo mesmo, na semelhança. Em alguns momentos, esta lógica da diferença encontra barreiras intransponíveis para captar o *outro* enquanto sujeito. De qualquer maneira, o texto deixa patente que, na sua particular relação de alteridade, Graciliano faz do conhecimento um caminho para o autoconhecimento, para o conhecimento da experiência limite do cárcere durante o Estado Novo e do mundo.

Episódios como o do Capitão Lobo no quartel, primeira forma de detenção por que passa a testemunha, o do porão do navio Manaus no qual os detentos são transferidos ao Rio de Janeiro; no Pavilhão dos Primários na nova Prisão no RJ, o da fúria que lhe acomete e lhe enche de vergonha ao intervir na Eleição do Coletivo, o da desconfiança permanente ante o risco de ser delatado à tortura, e o do tumulto contra a negligência dos médicos à crise de hemoptise de Benigno; o da chegada à Mangaritiba, a caminho da Colônia Correccional, em que ele percebe o lugar nulo, de total insignificância, que ocupa na vida social; na Colônia Correccional, o da incontrolável repugnância que sente na sua relação com um preso homossexual ou o da conversa com o violento soldado Alfeu; enfim, vários episódios exemplificam distintamente uma atividade metódica de alteridade que articula a forma destas memórias. Por representar a origem desse método na linearidade da história, apresentaremos a análise do episódio de Capitão Lobo.

A introdução desse fragmento remonta à situação que o precede imediatamente, de 1936, quando Graciliano Ramos, funcionário na Instrução Pública de Alagoas, começa a sofrer ameaças, insistentemente desprezadas, que redundam em sua demissão. Em um estilo ágil, repleto de alusões históricas, ele relata sua frustração em relação à função pública que desempenhava, sua impotência diante da estrutura política autoritária e alienada, à qual se sentia submetido. Com ironia, comenta seu desejo ingênuo e fanfarrão de isolar-se em uma prisão para escrever.

As razões imponderáveis do processo de reclusão carcerária se anunciam já no momento da detenção. As perguntas sobre os motivos da detenção e seu destino recheiam a narrativa. Graciliano imagina-se presa de uma “ratoeira suja”, suspeita um “incidente medíocre”, imagens que sinalizarão seu desconhecimento do devir. A ausência de acusação, o tratamento despersonalizante, a supressão dos direitos mínimos envolvem-no em sua chegada ao 20º Batalhão. Internamente: o fastio, o torpor e as lacunas de memória começam a invadi-lo.

Após uma noite no quartel onde a imprecisão do espaço e do tempo atordoa sua consciência, provoca-lhe náuseas, chega capitão Lobo à sua cela. O relato do primeiro contato com Lobo sublinha seu modo de portar-se: o passeio invariável do capitão “da mesa para a janela e da janela para a mesa”, acentuando sua disciplina nos pequenos hábitos, quase uma mania; a seriedade e objetividade de Lobo ao colocar-lhes as regras do estabelecimento, suas pausas compassadas na fala, sua clareza de discurso, sua franqueza, energia, certa frieza e insensatez no olhar. Apesar da admiração que Lobo lhe provoca, o narrador ressalta também os signos de ostentação de poder e autoridade presentes na personagem: as ordens emitidas laconicamente, sem explicações, o desenvolvimento da conversa em forma de solilóquio, a negativa a sentar-se.

A rotina impõe-se à vida de Graciliano no quartel e, com ela, o alheamento. A mecanização do hábito e o enfraquecimento das faculdades mentais ocasionam a perda de percepção da linearidade temporal. As visitas do comandante e do capitão Lobo inscrevem-se nesse cotidiano de exceção.

Em uma de suas visitas, capitão Lobo emite uma frase que se transformaria num objeto de reflexão sob vários ângulos para o narrador: “Respeito as suas idéias. Não concordo com elas, mas respeito-as”. Embora as palavras do capitão se lhe apresentem a princípio duvidosas, mais tarde ele procura afastar qualquer desconfiança quanto ao intuito de extorsão de informação que poderiam trazer. A indignação, no entanto, transparece no sarcasmo de sua resposta: “Quais são as minhas ideias? Sorri. Ainda não me expliquei. Estamos a comentar as suas.” A ausência de explicações e a forma arbitrária como a prisão ocorrera são ressaltadas em um discurso permeado de indignação. A frase de Lobo, dentro desse contexto, evidencia-lhe toda a situação injusta e absurda de ausência de formalidades de um processo judicial, de supressão completa dos direitos.

A narração do próximo contato com o capitão se centra na reprimenda que este dá a Graciliano por haver usado o banheiro dos oficiais. Reproduzindo o diálogo de ambos, o relato aponta o tom enérgico do capitão e sua indignação quanto à infração a uma regra da ordem militar, considerada pelo mesmo quase uma ofensa que mereceria, pois, punição. A reação de Graciliano, justificando sua inocência com a ideia de que “culpa seria utilizar um banheiro de categoria superior ao permitido”, intensifica a impaciência do capitão que lhe propõe uma transferência, negada pelo primeiro. A reflexão sobre o conflito cobre três páginas do livro. a tranquilidade com que recebe a reprimenda de Lobo surpreende Graciliano; apesar de sentir-se “advertido como uma criança”, não se molesta ou se zanga, como seria de esperar de seu comportamento susceptível à censura. A razão de tal comportamento inabitual é atribuída à “franqueza nua” do capitão.

A exposição do conflito obedece ao seguinte procedimento: primeiramente, mostra-se o conflito, ressaltando a diferença de concepções e de comportamento de ambos a respeito dos regulamentos. A extrema importância dada pelo capitão a uma infração aparentemente convencional contrasta com aquela oferecida pelo narrador. Ambos concebem a questão da hierarquia e das regras de corporações de maneira oposta. Destaca-se, assim, a alteridade sobretudo enquanto diferença de valores fundamentais ligados à forma de organização social. Enquanto capitão Lobo superestima as normas e a hierarquia institucional na vida social, o narrador despreza-as intimamente, o que não implica, no entanto, um desprezo à sua pessoa. Graciliano não se sente ofendido, pois a sinceridade do capitão produz nele uma apreciação positiva que quebra seu comportamento melindroso às censuras. Em seguida, o narrador empenha-se em compreender a atitude do capitão por meio de frases interrogativas e respostas provisórias, procurando penetrar nas razões do *outro* e, assim, de si mesmo. Para tanto, as frases emitidas pelo capitão são novamente evocadas e sobre as mesmas se tece uma reflexão que busca assumir o ponto de vista do *outro*, sem deixar de expressar o próprio. O discurso do capitão Lobo é fracionado em pedaços significativos sobre os quais o narrador levanta dúvidas cujas respostas estariam ocultas por detrás do próprio discurso. As perguntas revelam que o conhecimento do *outro* é precário, pois as palavras traem, na mesma medida em que as dúvidas esboçam a necessidade de problematizar e relativizar a fim de conhecer, humanizar e fugir aos preconceitos.

As próprias palavras do capitão possuem o princípio do qual se apropria o narrador para compor seu depoimento sobre a experiência vivida, a da tolerância. A partir das mesmas e através do esforço em ultrapassar os limites da linguagem, ele elabora suspeitas, constrói observações da maneira de agir, dos pormenores dos gestos, da fala e dos atos de Lobo para inferir seus julgamentos, que, não obstante, contêm impasses. O

exercício de tolerância do narrador se faz através de uma preocupação insistente com superar as aparências e atingir o funcionamento do *outro*, afastando-se de predisposições contra a diferença evidente que os separa.

O momento chave do episódio ocorre quando chega a mensagem da transferência do narrador emitida por Lobo. Tal informação é acompanhada de um gesto do capitão que causa grande surpresa e espanto ao narrador, abalando suas referências: Lobo suas economias. Primeiramente, o narrador destaca a hesitação em acreditar no fato, a dificuldade de imputar-lhe algum crédito, de reproduzi-lo verossímil. Perturbado, confuso, rejeita a oferta.

A atitude de Lobo rompe suas expectativas em relação ao ser humano. Novamente por meio de interrogações e respostas provisórias, ele investiga as possibilidades humanas; coloca “alguém”, qualquer representante da espécie, no lugar do *outro*. Em seguida, coloca-se no lugar do *outro*, mede suas possibilidades de ação. A reflexão sobre uma identidade concreta, capitão Lobo, estende-se à reflexão sobre o gênero humano, sobre o normal e o anormal e retorna como instrumento de autorreflexão, abalando os prejuízos a respeito do *outro* e de si.

A diferença entre ambos torna-se central para justificar a insensatez do militar. O discurso do narrador tem como finalidade aqui naturalizar um ódio social proveniente da diferença de ideologias. Como oficial da instituição militar, supõe que Lobo representaria uma ideologia conservadora, voltada à manutenção da ordem e do *status quo*. Como escritor filiado a uma ideologia progressista de esquerda, cujo objetivo é a transformação da desigualdade e opressão vigentes, o narrador se oporia diretamente à pessoa de Lobo. As relações deveriam respeitar esta lógica que parece guiar suas concepções sobre as relações sociais e humanas. Pessoas diferentes, com interesses contraditórios, deveriam hostilizar-se. Assim agira o general que lhe manifestara desgosto

por não poder fuzilá-lo. Assim pensava ele em sua intolerância aos donos do poder, à burguesia. A dúvida a respeito desta lógica instaura-se; o narrador nega a afirmação anterior de que “espécies diferentes” deveriam odiar-se e embrenha-se em novas especulações; empreende longa jornada reflexiva para entender a ação do *outro*: varia seu ponto de vista, analisa as várias facetas do fenômeno e declara, enfim, sua frustração em não conseguir fugir da convicção de que o comportamento de Lobo contrariava o senso comum. Nenhuma pergunta, porém, é respondida de maneira objetiva. O inexplicável, a incoerência do *outro*, pode encontrar uma justificativa na limitação interna. O narrador vislumbra a falência de seus referenciais e concepções de mundo para dar conta da ocorrência. A insensatez recai sobre si mesmo; sua incompetência exige uma reformulação dos princípios, um questionamento sobre a capacidade de julgar. O exame do *outro* regressa como forma de autoexame. A comparação é inevitável, serve-lhe de meio de autocrítica. Os modelos de julgamento sofrem uma reorganização e os preconceitos são suspensos para serem reconduzidos a um novo arranjo.

Para Antonio Candido (1992), **Memórias do cárcere** configura um universo no qual aparece “a compreensão de que estes (homens) são mais complicados e que é muito mais esfumada a divisão sumária entre bem e mal. Há um nítido processo de descoberta do próximo e revisão de si mesmo, que o romancista anota sofregamente (...)” (CANDIDO, 1992, p.54). Esta descoberta do *outro* e de si mesmo, de “novas medidas da sua alma”, é exemplificada através do episódio de capitão Lobo, entre outros. Alfredo Bosi (2002, pp. 229-230), por sua vez, destina um subcapítulo ao tema da “crise do preconceito”.

Theodor W. Adorno, ao tratar das causas do horror acontecido em Auschwitz e propor vias de combate a uma possível recorrência, aponta a autorreflexão crítica como uma via fundamental. Elaborar o próprio comportamento, a constituição histórica e subjetiva do caráter e da ideologia, as

implicações políticas da racionalidade instrumental, requer um exercício permanente de autorreflexão para o pensador que lança uma luz, assim, ao problema de uma agressividade instintiva que seria brecada caso se pusesse em prática uma autorreflexão individual.

À guisa de conclusão, reiteramos que a prática discursiva do narrador de **Memórias do cárcere** é conduzida e induz à autorreflexão mediante indagações frequentes, algumas vezes respondidas provisoriamente, outras suspensas, que enveredam por caminhos em que os preconceitos tendem a flexibilizar-se, em que o reconhecimento do *outro* e de sua forma de pensar e agir relativiza sua própria concepção de mundo. Enfim, um exercício de tolerância em relação ao *outro* e uma permanente reconstrução de si mesmo, não obstante as limitações e os impasses da razão, norteiam tal discurso narrativo recheado de modalizantes de incerteza. Sendo o objeto privilegiado da obra a alteridade, tais marcas discursivas informam que este conhecimento é duvidoso, constituído de impasses e movediço, nega a totalidade e cria armadilhas à racionalidade.

Referências bibliográficas

ADORNO, Theodor W. Educação após Auschwitz. In COHN, Gabriel (Org) **Theodor W. Adorno**. São Paulo: Ática, 1986.

ARRUDA, Angela (Org.) **Representando a alteridade**. 2 ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. 5 ed. Vol. 2. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1993.

BOSI, Alfredo. **Literatura e resistência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CANDIDO, Antonio. **Ficção e confissão**: ensaio sobre Graciliano Ramos. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

Testemunho e literatura através da alteridade em *Memórias do Cárcere*, de Graciliano Ramos
MÁRCIA ROMERO MARÇAL

FELMAN, Shoshana. Educação e crise, ou as vicissitudes do ensino. **Pulsional**.
Revista de Psicanálise, ano XI e XII, n. 116-117, dezembro 1998/janeiro1999,
pp. 9-48.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. 28 ed. Petrópolis: Vozes, 2004.